

## POLÍTICA FISCAL

# Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em abril de 2024

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),<sup>1</sup> abril de 2024 apresentou um superávit primário de R\$ 12,6 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 192,5 bilhões nesse mês, um crescimento de 9,1% em termos reais, comparativamente a abril de 2023, ao passo que a despesa totalizou R\$ 179,9 bilhões, um acréscimo de 12,2% na mesma base de comparação. No acumulado no ano, o resultado primário apresenta um superávit de R\$ 32,8 bilhões, a preços constantes de abril, ante o superávit de R\$ 49,8 bilhões no mesmo período de 2023.

Em abril, a receita total apresentou um crescimento real de 8,2%, em comparação com o montante arrecadado no mesmo mês de 2023. Isso se deu em função do bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), com expansão de 10,2%. As receitas não administradas pela RFB tiveram um aumento real de arrecadação de 2,5%, enquanto as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceram 5,8%. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, registrou alta de R\$ 16 bilhões (9,1%) a preços constantes. Entre janeiro e abril, a receita líquida de transferências registrou uma variação real positiva de 9,1%, somando um crescimento de R\$ 61,1 bilhões a preços constantes, fortemente impactada pelo bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela RFB – que tiveram no período um acréscimo de 10,6%, aumento real de R\$ 57,2 bilhões.

Com relação à despesa total, tem-se elevação, em termos reais, de R\$ 19,6 bilhões (12,2%) em relação ao mesmo mês do ano anterior, impactada principalmente pelo aumento de despesas com benefícios previdenciários, em função do pagamento da primeira parcela do 13º salário de forma antecipada em relação a 2023 – crescimento real de R\$ 11,7 bilhões (17,0%) – e pelo pagamento de despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira – aumento de R\$ 3,5 bilhões (8,7%). No acumulado do ano até abril, a despesa teve um crescimento real de R\$ 78 bilhões (12,6%) em relação ao mesmo período de 2023, muito influenciada pelo pagamento antecipado de sentenças judiciais e precatórios que, em 2024, somou o montante de R\$ 30,8 bilhões, contra o total pago de R\$ 1,8 bilhão no mesmo período de 2023 (destacado na tabela 3), bem como o pagamento antecipado do 13º salário, no valor de R\$ 8,1 bilhões.

### Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

[sergio.ferreira@ipea.gov.br](mailto:sergio.ferreira@ipea.gov.br)

### Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

[felipe.martins@ipea.gov.br](mailto:felipe.martins@ipea.gov.br)

Divulgado em 13 de maio de 2024.

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/04/240411\\_cc\\_63\\_nota\\_conjuntura\\_1.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/04/240411_cc_63_nota_conjuntura_1.pdf)

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em abril de 2024 foi registrado um aumento real de R\$ 13,9 bilhões (10,2%) em relação ao mesmo mês de 2023. O bom desempenho das receitas administradas ocorreu na maior parte dos itens, com destaque para o forte crescimento do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), totalizando um acréscimo real de R\$ 14,7 bilhões (38,1%), quando comparadas com o mesmo período de 2023. As receitas do regime geral de previdência também apresentaram um bom desempenho em abril, com crescimento real de R\$ 2,8 bilhões (5,8%).

TABELA 1

**Governo central: resultado primário a preços constantes de abril de 2024**

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-abril		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	abr./2023	abr./2024		2023	2024		Até abr./2023	Até abr./2024	
<b>1-Receita Total</b>	<b>211,5</b>	<b>228,9</b>	<b>8,2</b>	<b>829,5</b>	<b>901,7</b>	<b>8,7</b>	<b>2486,7</b>	<b>2506,7</b>	<b>0,8</b>
1.1 - Receita Administrada pela RFB	136,0	149,9	10,2	537,6	594,8	10,6	1501,3	1548,1	3,1
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-0,1	-0,1	32,9
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	47,5	50,2	5,8	190,2	202,0	6,2	588,6	624,7	6,1
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	28,0	28,7	2,5	101,8	105,0	3,2	396,8	333,9	-15,9
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>35,0</b>	<b>36,4</b>	<b>3,9</b>	<b>159,3</b>	<b>170,4</b>	<b>7,0</b>	<b>496,8</b>	<b>479,0</b>	<b>-3,6</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>176,5</b>	<b>192,5</b>	<b>9,1</b>	<b>670,3</b>	<b>731,4</b>	<b>9,1</b>	<b>1989,8</b>	<b>2027,6</b>	<b>1,9</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>160,3</b>	<b>179,9</b>	<b>12,2</b>	<b>620,5</b>	<b>698,5</b>	<b>12,6</b>	<b>1975,4</b>	<b>2279,6</b>	<b>15,4</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	69,0	80,7	17,0	272,5	295,0	8,2	867,1	952,3	9,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	27,2	28,4	4,2	112,7	116,6	3,5	363,9	380,0	4,4
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	24,5	27,7	13,2	91,6	130,4	42,3	308,7	407,6	32,1
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	39,6	43,1	8,7	143,7	156,6	9,0	435,7	539,6	23,8
<b>5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)</b>	<b>16,2</b>	<b>12,6</b>	<b>-22,1</b>	<b>49,8</b>	<b>32,8</b>	<b>-34,0</b>	<b>14,5</b>	<b>-251,9</b>	<b>-1839,4</b>

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

No acumulado até abril, a receita total apresentou um crescimento real, em comparação com mesmo período de 2023, de R\$ 72,2 bilhões (8,7%). As principais variações positivas ocorreram nas receitas administradas, que apresentaram variação real positiva de R\$ 57,2 bilhões (10,6%), com destaque para o Imposto de Renda, com alta de R\$ 15 bilhões (5,4%), a Cofins, com aumento de R\$ 26,4 bilhões (28,2%), e o PIS/Pasep, com crescimento de R\$ 7,4 bilhões (26,9%).

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se observar que, em abril, elas registraram um crescimento real de 12,2%, comparativamente ao mesmo mês de 2023, impactado pela elevação das despesas com benefícios previdenciários e parcialmente impactado pelo pagamento antecipado do 13º salário, registrando um aumento real de R\$ 11,7 bilhões (17,0%), pelo pagamento de Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), com crescimento real de R\$ 1,5 bilhão (18,9%), e pelo aumento das despesas discricionárias, no montante de R\$ 2,4 bilhões (21,3%).

As despesas totais, no acumulado do ano até abril, se comparadas com o mesmo período de 2023, tiveram um crescimento real de R\$ 78 bilhões (12,6%), com destaque para a elevação real dos dispêndios com sentenças judiciais e precatórios, de R\$ 29 bilhões (1.616,0%), despesas com benefícios previdenciários, de R\$ 22,5 bilhões (8,2%), pagamentos com BPC/Loas e RMV, de R\$ 5,3 bilhões (17,6%), e despesas discricionárias do Poder Executivo, de R\$ 7,8 bilhões (21,6%).

TABELA 2

## Principais componentes da receita do governo central a preços constantes de abril de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-abril		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	abr./2023	abr./2024		2023	2024		Até abr./2023	Até abr./2024	
<b>1-Receita Total</b>	<b>211,5</b>	<b>228,9</b>	<b>8,2</b>	<b>829,5</b>	<b>901,7</b>	<b>8,7</b>	<b>2486,7</b>	<b>2506,7</b>	<b>0,8</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>136,0</b>	<b>149,9</b>	<b>10,2</b>	<b>537,6</b>	<b>594,8</b>	<b>10,6</b>	<b>1501,3</b>	<b>1548,1</b>	<b>3,1</b>
1.1.01 Imposto de Importação	4,5	5,8	28,8	18,7	21,4	14,6	61,5	58,9	-4,3
1.1.02 IPI	4,3	6,0	40,6	18,6	23,6	26,9	58,9	66,4	12,7
1.1.03 Imposto de Renda	71,2	72,1	1,2	278,6	293,5	5,4	739,0	736,0	-0,4
1.1.04 IOF	5,7	5,4	-3,6	21,2	21,4	0,6	64,4	64,2	-0,4
1.1.05 Cofins	22,9	32,5	41,9	93,3	119,7	28,2	294,8	329,4	11,7
1.1.06 PIS/Pasep	6,7	8,8	30,0	27,6	35,0	26,9	84,2	95,1	12,9
1.1.07 CSLL	17,7	17,6	-0,3	69,0	71,9	4,2	166,9	157,3	-5,7
1.1.09 CIDE Combustíveis	0,0	0,2	18554,8	-0,2	1,0	653,7	0,5	2,4	397,2
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	3,0	1,4	-52,6	10,8	7,3	-32,4	31,1	38,5	24,0
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-0,1</b>	<b>-0,1</b>	<b>32,9</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>47,5</b>	<b>50,2</b>	<b>5,8</b>	<b>190,2</b>	<b>202,0</b>	<b>6,2</b>	<b>588,6</b>	<b>624,7</b>	<b>6,1</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>28,0</b>	<b>28,7</b>	<b>2,5</b>	<b>101,8</b>	<b>105,0</b>	<b>3,2</b>	<b>396,8</b>	<b>333,9</b>	<b>-15,9</b>
1.4.1 Concessões e Permissões	1,9	0,3	-82,9	4,0	1,5	-62,5	39,6	6,6	-83,2
1.4.2 Dividendos e Participações	0,5	0,5	3,1	9,7	10,4	7,4	96,9	52,4	-45,9
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,3	1,4	8,4	5,3	5,9	12,8	18,1	18,7	2,9
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	15,5	14,7	-5,0	45,8	44,1	-3,8	132,0	115,2	-12,7
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1,6	1,1	-32,8	7,3	7,1	-3,1	23,0	21,6	-5,9
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2,4	2,5	6,4	9,8	10,1	2,9	30,2	32,1	6,3
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	0,1	0,1	12,0
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4,9	8,2	67,6	19,9	25,9	30,1	57,0	87,1	52,7
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>35,0</b>	<b>36,4</b>	<b>3,9</b>	<b>159,3</b>	<b>170,4</b>	<b>7,0</b>	<b>496,8</b>	<b>479,0</b>	<b>-3,6</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>176,5</b>	<b>192,5</b>	<b>9,1</b>	<b>670,3</b>	<b>731,4</b>	<b>9,1</b>	<b>1989,8</b>	<b>2027,6</b>	<b>1,9</b>

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

TABELA 3

## Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes de abril de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-abril		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	abr./2023	abr./2024		2023	2024		Até abr./2023	Até abr./2024	
<b>4. Despesa total</b>	<b>160,3</b>	<b>179,9</b>	<b>12,2</b>	<b>620,5</b>	<b>698,5</b>	<b>12,6</b>	<b>1975,4</b>	<b>2279,6</b>	<b>15,4</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>69,0</b>	<b>80,7</b>	<b>17,0</b>	<b>272,5</b>	<b>295,0</b>	<b>8,2</b>	<b>867,1</b>	<b>952,3</b>	<b>9,8</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>27,2</b>	<b>28,4</b>	<b>4,2</b>	<b>112,7</b>	<b>116,6</b>	<b>3,5</b>	<b>363,9</b>	<b>380,0</b>	<b>4,4</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>24,5</b>	<b>27,7</b>	<b>13,2</b>	<b>91,6</b>	<b>130,4</b>	<b>42,3</b>	<b>308,7</b>	<b>407,6</b>	<b>32,1</b>
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	8,9	9,7	8,8	29,4	28,2	-4,0	59,5	74,3	25,0
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	7,8	9,2	18,9	30,2	35,5	17,6	88,1	101,2	14,9
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,2	0,1	-20,5	0,6	0,6	-8,0	38,7	2,8	-92,7
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2,6	3,6	38,2	14,4	17,6	22,5	37,2	42,1	13,0
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,2	1,6	31,0	4,7	5,6	19,2	16,8	18,8	12,2
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3	-3,6	1,4	1,3	-4,0	4,2	4,1	-4,1
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	1,1	0,6	-50,5	1,8	30,8	1616,0	19,3	102,1	427,9
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	1,5	1,9	30,3	5,9	6,9	17,3	16,4	23,4	42,4
4.3.10 Impacto Primário do FIES	0,1	0,0	-100,0	0,6	0,5	-15,3	0,5	1,6	214,0
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	0,7	0,6	-11,6	2,6	3,3	22,9	27,9	37,2	33,5
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>39,6</b>	<b>43,1</b>	<b>8,7</b>	<b>143,7</b>	<b>156,6</b>	<b>9,0</b>	<b>435,7</b>	<b>539,6</b>	<b>23,8</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	28,5	29,5	3,8	107,5	112,7	4,8	267,2	342,8	28,3
4.4.2 Despesas Discricionárias	11,2	13,6	21,3	36,1	43,9	21,6	168,5	196,8	16,8

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)  
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Maria Andréia Parente Lameiras (Editora substituta)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti  
Mônica Mora y Araujo  
Sandro Sacchet de Carvalho  
Sergio Fonseca Ferreira

**Pesquisadores Visitantes:**

Cristiano da Costa Silva  
Debora Mesquita Pimentel  
Felipe dos Santos Martins  
Sidney Martins Caetano

**Equipe de Assistentes:**

Alexandre Magno de Almeida Leão  
Beatriz de Luna Barreto  
Caio Rodrigues Gomes Leite  
Diego Ferreira  
Izabel Nolau de Souza  
Marcelo Lima de Moraes  
Marcelo Guedes Pecky  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Equipe de Administrativa:**

Amanda Fernandes Tatagiba  
Lidiane Santos de Souza  
Aline Conceição Santos  
Rosanne Rodrigues Barbosa

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---